



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

NICOLE FERREIRA PEREIRA

**PROGRAMAS SOCIAIS E SEUS IMPACTOS SOCIO-ECONÔMICOS: ANÁLISE
DOS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PAS (PROGRAMA DE
ACOLHIMENTO SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE
2018**

NICOLE FERREIRA PEREIRA

**PROGRAMAS SOCIAIS E SEUS IMPACTOS SOCIO-ECONÔMICOS: ANÁLISE
DOS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PAS (PROGRAMA DE
ACOLHIMENTO SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof. Dr. Jucélia Bispo dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

NICOLE FERREIRA PEREIRA

**PROGRAMAS SOCIAIS E SEUS IMPACTOS SOCIO-ECONÔMICOS: ANÁLISE
DOS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PAS (PROGRAMA DE
ACOLHIMENTO SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Data de aprovação: 30/10/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jucélia Bispo dos Santos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Denilson Lima dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o meu porto seguro, por ter me permitido chegar até aqui.

À minha orientadora Prof. Dra. Jucélia Bispo dos Santos pelas correções, pelos incentivos e pelo suporte mesmo pelo pouco tempo que tivemos para a finalização deste projeto.

Não posso esquecer-me da minha família e dos amigos pelo incentivo. À minha mãe Rosemeire e à minha filha Elisa que me inspiram todos os dias, fazendo com que eu supere as minhas dificuldades. Às minhas amigas Marta Cristina e Claudiane Alves por ter me motivado a seguir em frente, mostrando o quanto sou capaz, pessoas continuamente presentes na minha vida.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação.

SUMÁRIO

Apresentação do tema.....	6
Problemas/Questões norteadoras.....	8
Justificativa.....	10
Objetivos.....	12
Geral.....	12
Específicos.....	13
Referencial teórico.....	13
Procedimentos metodológicos.....	15
Cronograma.....	16
Referências.....	17

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

São Francisco do Conde está localizado no Estado da Bahia, o município se estende por 262,9 km². Segundo dados do IBGE, contava com 33.183 habitantes no último censo (2010), com população estimada (2018), 39.338, São Francisco do Conde é o município mais rico da região metropolitana de Salvador, com o produto interno bruto de R\$ 219.845,83.

O programa de acolhimento social (PAS) busca oferecer aos cidadãos de São Francisco do Conde as condições necessárias para que eles se integrem na sociedade de uma forma mais ampla e definitiva, o valor destinado mensalmente para os beneficiários do programa, tem seu valor mínimo de 315 reais e o máximo de 570 reais, juntamente com um cartão extra que faz parte do programa, nomeado de PAS+. O valor liberado para compras é de 80R\$, podendo variar, o cartão PAS+ é destinado para compras apenas dentro do município, o que é uma estratégia para fomentar a economia local, alguns comércios da cidade fazem a “troca” dos cartões por mercadorias uma vez por mês. O uso do cartão é restrito apenas para compra de bebidas alcoólicas, ou seja, qualquer comércio que se sinta apto a fazer “troca” pode ir até à prefeitura e fazer o cadastramento do seu comércio, ajudando além dos beneficiários os pequenos e grandes empreendimento e comércios locais. De acordo com a lei de diretrizes orçamentais,

a política pública fomentada pela secretaria de desenvolvimento econômico perpassa disseminação do comércio e da indústria local a fim que se torne motoras-motrices para o desenvolvimento sustentável inclusão e redução da pobreza em São Francisco do Conde, buscar estimular a profissionalização e o desenvolvimento das vocações e da mão de obra local, sobretudo daqueles de faixa etária vulnerável e inscritas no CADÚNICO (cadastros único) ou no programa de acolhimento social de complementação de renda (PAS), que ainda não tiveram a primeira oportunidade de emprego. Além do que se busca estimular a cultura de formalização do mercado local legalização do vínculo trabalhista e da regular contribuição social ao Instituto Nacional da Previdência Social.

Essa pauta estava descrita na lei de diretrizes orçamentárias de 2017, intitulada de Ações e Metas Prioritárias pela prefeitura de São Francisco do Conde.

Este projeto tem como objetivo apoiar a formação e qualificação da população, e consta no anexo I na página 29 que esses cursos foram realizados. Diante dessas informações, o meu intuito é saber o número exato de beneficiários do programa que foram qualificados, além disso, pesquisar as mudanças sociais e

econômicas que ocorreram no município após nove anos de criação e implementação do programa, analisando as condições socioeconômicas dos moradores que são beneficiários, e se existem outras formas de obtenção de renda por parte deles, e quais seriam.

A falta de emprego é outro fenômeno recorrente na cidade, o que pode ter relação com o programa. Minha problemática é: Como uma das cidades mais ricas entre os municípios baianos não gera meios de emprego para seus habitantes? É perceptível que não existe por parte dos governantes a preocupação na criação de atividades econômicas dentro do município, para além disso, a falta de capacitação profissional entre os beneficiários faz com que a população torne-se dependente do benefício. A junção desses fatores acarreta em um aumento crescente e significativo no número de pessoas inclusas no projeto a cada ano.

Em entrevista com uma das assistentes sociais foram identificados três grupos dentro do PAS, primeiro famílias que têm residência própria, e destina o dinheiro do benefício para suprir suas necessidades básicas, como alimentação, quitação de dívidas como água e luz; o segundo grupo refere-se às famílias que são assistidas pelo programa Bolsa Aluguel (outro programa social do município), e que destinam o valor também para a alimentação e quitação de dívidas; e o terceiro grupo é o de famílias que por algum motivo específico não são beneficiárias do programa Bolsa Aluguel, mas que estão inclusas no PAS e usam o valor do benefício para pagar o seu aluguel.

O programa quando criado em 2009 contemplava apenas mulheres, que se encaixavam nos requisitos estabelecidos pelo programa, e também visando uma dependência financeira dessas mulheres, que poderiam dedicar seu tempo na educação e monitoramento dos seus filhos. Porém, com a nova resolução de 2015, os homens também começaram a ser contemplados, caso eles sejam a pessoa responsável legal da família, ou caso sua companheira não tenha toda documentação necessária para comprovar que ela e sua família residem no município há mais de cinco anos.

As assistentes sociais fazem acompanhamento antes, durante e após a concessão do benefício, nessas visitas elas identificam mudanças no convívio familiar como também no âmbito social, como está se dando o desenvolvimento escolar dos filhos e, até mesmo, se houve mudança na autoestima dos contemplados. Elas afirmam que essas mudanças ocorrem, pois, muitas famílias se

preocupavam com a alimentação adequada dos filhos, e a sensação de lhes garantir seu pão de cada dia é gratificante. Também que os beneficiários ficam felizes por garantirem moradia digna, a realização de sonhos como, por exemplo, reformar ou construir a sua própria casa.

As assistentes sociais ainda explicam quais são os procedimentos após a concessão e inclusão no PAS, os novos beneficiários assistem a uma palestra sobre educação financeira e ganham dicas de como usarem o dinheiro e até mesmo de como podem aplicar ou fazer investimento para que haja um retorno futuramente.

Nessa reunião os beneficiários também são “alertados” a respeito do prazo limite do programa, que não pode ultrapassar cinco anos, mas caso essa família comprove que não tem ou não exerce outra atividade remunerada para garantir seu sustento o prazo pode se estender por mais um ano.

Evidencio esse ponto que foi relatado pela assistente social, se a cidade não gera meios de emprego, não capacita a população, como essas pessoas vão exercer outra atividade financeira a não serem de forma autônoma como pescaria, confecção de artesanato, diaristas ou empregadas domésticas, os homens trabalhando de moto-táxi (para os que conseguirem com a renda do benefício adquirir uma moto), essa deveria ser uma preocupação das políticas públicas da cidade, da secretaria de desenvolvimento social e econômico, em garantir às pessoas que após o término do prazo do programa estivessem prontas profissionalmente para exercer funções, e que os setores públicos e privados pudessem lhes garantir uma vaga de emprego dentro do próprio município.

Outros critérios também são esclarecidos nessa palestra, como as atitudes que acarretariam a perda do benefício, como mudança na situação financeira, mudanças de endereço (para outra cidade) e caso seja comprovado que o cartão foi passado para a mão de terceiros (como exemplo os agiotas), esses são os principais critérios segundo a assistente social do programa.

2. PROBLEMAS/QUESTÕES NORTEADORAS

O Brasil possui um sistema de política social amplo e complexo, foi estabelecido a partir da Constituição de 1988 com pretensão de atendimento às

necessidades da população brasileira, porém, encontra-se em fase degradante por conta das situações orçamentárias do setor público.

O sistema de políticas públicas no Brasil inclui a maioria da população brasileira, com foco principal nas populações mais pobres, contudo deixa a desejar na qualidade e eficiência.

Criou-se no Brasil uma tecnologia de políticas públicas, mas o desafio está em aproveitá-la para aumentar a eficiência das políticas sociais, de modo a eliminar as múltiplas dimensões da pobreza.

Segundo André Portela Souza (2012), “embora haja espaços para melhoria da focalização do programa BF, a maioria dos beneficiários é pobre” (SOUZA, 2012, p. 170). Isto é, classificam-se como programas de distribuição as transferências de renda, onde o indivíduo recebe um valor monetário e mensal para financiar as suas necessidades básicas. No Brasil, os principais programas de transferência de renda e assistência são: o benefício de prestação contínua da Lei Orgânica da Assistência Social (BTC LOAS), benefício da aposentadoria e bolsa família (BF).

No Brasil, o programa Bolsa Família (BF) foi criado em 2003 pelo governo federal, um programa de transferência direta de renda em condicionalidades, visando reduzir a pobreza beneficiando famílias, em situação de pobreza (tendo renda mensal de 70 a 140 reais), extrema pobreza com renda mensal, por pessoa, (de até 70 reais). Tendo como critério principal que qualquer família na extrema pobreza pode participar, enquanto as famílias em situação de pobreza podem participar somente se apresentarem faixa etária de 17 anos. Esses valores variam de acordo com as condições financeiras e a composição familiar. Souza (2012) aponta que

cerca de 75% dos beneficiários do bolsa família pertenciam aos 40% mais pobres da população, enquanto em todos os programas tradicionais voltados ao trabalhador formal, como as indenizações trabalhistas, auxílio, alimentação e transporte etc., esse percentual era de menos de 20%. (SOUZA, 2012, P. 172).

Entrando no contexto de São Francisco do Conde, o município não gera meios de emprego para a população, ao invés de criar e fomentar meios para que esse problema fosse resolvido e ajudar a aumentar a economia local. Em relação ao projeto de redistribuição de renda, criado pela falecida ex-prefeita do município (Rilza Valentim), é nítido ver como o programa ajudou e ajuda muitas famílias

carentes, mas podemos também observar estagnação do desenvolvimento social e econômico do município.

Analisando o programa através de uma perspectiva social, torna-se evidente a proporção em que a política pública aplicada dentro do município tomou um acúmulo de beneficiários que com o passar dos anos só se quantificam, sendo que uma das prioridades e o objetivo do programa não estão sendo o suficiente para diminuir o aumento de inscritos, que a qualificação dos beneficiários para que deixem de ser dependentes unicamente do PAS. Sendo assim, é necessário que haja uma reformulação no planejamento da secretaria de desenvolvimento econômico para criação de um plano ou um projeto emergencial de empregos dentro de São Francisco do Conde, pois não basta promover qualificação entre os beneficiários se eles não têm onde exercer funções.

3. JUSTIFICATIVA

Além de analisar a influência impactada pela distribuição de renda entre a população de São Francisco do Conde, surge a necessidade de analisar as possíveis problemáticas na vida social e econômica dos beneficiários do Programa de Acolhimento Social (PAS).

Surgindo assim um interesse em pesquisa, analisar e descrever indo por um viés crítico, sobre as políticas de distribuição de renda, o PAS e o BF são programas que se assemelham, diferenciando-se apenas em seus aspectos e critérios de elegibilidade, o PAS visa o aspecto social das famílias, enquanto que o BF baseia-se na renda familiar total e na presença de crianças e jovens na família.

O PAS encontra-se como um programa distribuidor de renda, sendo necessária uma preocupação com o enfoque principal do programa, que visa auxiliar financeiramente as famílias do município, visando que dentro de 5 anos os beneficiários supostamente obterão outro meio de sobrevivência para deixarem de ser dependentes unicamente desse programa, uma vez que não há políticas públicas eficientes para gerar medidas focadas na geração de empregos torna-se um fator alarmante.

São Francisco do Conde é um dos municípios mais ricos da região metropolitana de Salvador, com o produto interno bruto de R\$ 219.845,83, segundo dados do IBGE. Mesmo assim existem áreas da cidade que sofrem de descasos, como a falta de saneamento básico, distribuição de água potável, pavimentação das ruas e outras necessidades básicas para garantir o bem-estar da população. Garantir melhoria nas condições de vida desses beneficiários é um dos objetivos do programa.

Fazer comparações do índice de desemprego na cidade, com o objetivo de avaliar se após a implementação do programa houve algum crescimento ou não no número de desempregados dentro do município, outro ponto interessante é analisar quais as atividades econômicas presentes na cidade, incluindo trabalhos fixos e autônomos para os que não são beneficiários do programa. Sempre levando em conta a minha problemática, ou seja, até onde o programa impacta na geração de emprego na cidade.

Visando a atual situação do município e dos beneficiários do PAS, deveria antes da implementação do projeto ter pensado nas consequências futuras, que seria o aumento da população e a necessidade de mais pessoas e famílias serem inclusas no programa. Sendo assim, outras pessoas que na lógica não necessitariam do benefício deixariam de receber o valor mensal do programa, pois já teriam atingindo um dos objetivos do programa, que seria outra fonte de renda, essas pessoas deixariam de ser dependentes do auxílio financeiro, e assim novas famílias seriam contempladas; mas o que está acontecendo é um movimento contrário, a cada ano que passa mas pessoas são inclusas desnecessariamente.

Famílias que têm apenas como fonte de renda o valor que recebem dos benefícios sociais, como o PAS e o Bolsa Família e que não exercem nenhuma outra atividade remunerada chegam a totalizar no mês o valor único de R\$ 800,00, que será usado para suprir suas necessidades básicas, como pagamento de água e energia elétrica, o restante da renda é destinada à alimentação do grupo familiar que na maioria das vezes é composto por 5 ou mais membros.

Outra abordagem que quero trabalhar refere-se à falta de capacitação profissional entre os beneficiários, como se não existisse uma preocupação por parte das políticas públicas com a melhoria de vida. A qualificação profissional dos membros das famílias que são beneficiários do programa teria como intuito motivar essas pessoas a buscar por emprego e pela sua melhoria de vida. Preparar essas

peças para o mercado de trabalho ajudaria também a diminuir o número de moradores que vivem unicamente dessa renda, e enxugaria o número de inscritos no programa.

Mas, apenas a capacitação profissional não é o suficiente, pois não adianta capacitar esses jovens e adultos, e não lhes dar espaço para exercer seus conhecimentos. Para isso, é necessário criar postos de emprego dentro da cidade, que contribuiria também para a economia local, é alarmante o número de adolescentes residentes no município que não têm a experiência do primeiro emprego na carteira de trabalho (senso comum).

De acordo com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde,

para a concessão do benefício é exigido que as famílias participassem de atividades socioeducativas, promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES). Através da participação nos programas, os moradores têm acesso à capacitação profissional, acompanhamento médico e à promoção social. A finalidade do projeto é preparar os sanfranciscanos para, no futuro, conseguir se sustentar independentemente da ajuda financeira da Prefeitura." (dados coletados no site da prefeitura). <http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/pas-programa-de-acolhimento-social-de-complementacao-de-renda/>

Nove anos de criação e de implementação do PAS, e qual a situação dos primeiros beneficiários? Análise das mudanças que ocorreram na vida dessas pessoas. E será que o programa tem atingido seus objetivos? É visível o aumento do número de pessoas que vivem unicamente dessa renda.

Essas são as três abordagens que pretendo trabalhar dentro do meu projeto, delimitando um distrito específico para fazer coleta de dados, tendo como foco da pesquisa não apenas os impactos do programa, mas também as melhorias que ocorreram na vida dos beneficiários, e fazendo uma comparação do contexto atual da cidade e na vida dos moradores aos anos anteriores da criação do projeto social.

4. OBJETIVOS

4.1 GERAL

Compreender e avaliar se o Programa de Acolhimento Social (PAS) tem atingido seus objetivos: complementar a renda familiar e garantir melhorias nas suas condições de vida.

4.2 ESPECÍFICOS

- Analisar as condições de vida dos beneficiários.
- Realizar um levantamento sobre o número exato de beneficiários inclusos no programa e fazer uma comparação com números de desempregados no município.
- Identificar a falta de qualificação profissional, e de que forma isso impacta em seu desenvolvimento social, onde lhes retém a serem reféns e viverem e dependentes unicamente do auxílio financeiro da prefeitura através do programa.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Souza (2012), “se os programas têm algum grau de focalização nos mais pobres e se baseiam em simples transferências de renda, o impacto sobre a redução da pobreza não deve ser desprezível” (SOUZA, 2012, p. 10).

Destacar que o público mais contemplado dos programas sociais do governo federal e de instâncias públicas são as famílias mais pobres, e que é de extrema importância ressaltar que essa transferência de renda pode gerar um círculo vicioso para os beneficiários, que se tornam dependentes dos benefícios sociais.

Para Silva (2007),

isso não significa que esses programas sejam capazes de ir além da manutenção de certo nível de pobreza, podendo servir, inclusive, para controle e regulação dos níveis de indigência e pobreza que são determinados pelos próprios critérios de acesso das famílias a esses programas. Para que o quadro de pobreza possa ser progressivamente superado, é necessário que esses programas possam não só distribuir, mas sejam capazes de redistribuir renda entre a população brasileira, de modo a alterar o nível de concentração da riqueza socialmente produzida. (SILVA, 2007, p. 9).

Ao longo de 15 anos de criação do Bolsa Família ele vem atingindo seu principal objetivo, que é reduzir a extrema pobreza e erradicar a desnutrição infantil.

De modo geral, para Senna (2007),

é preciso haver uma preocupação com o caráter do Programa, uma vez que não há medidas focadas na geração de emprego e renda, que aliadas às estratégias políticas e socioeducativas, poderiam cooperar com o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza. Na opinião dos estudiosos, essa pode ser considerada a maior debilidade do BF, ou seja, a incapacidade de inserir esta população adulta no ciclo produtivo da economia do país.

A falta de cooperação para o fortalecimento da economia e geração de empregos condiz com o aumento e procura de famílias para serem assistidas por programas sociais.

Kerstenetzky (2009) afirma que “outra objeção frequente é que o programa seria assistencialista, e como todo tal tenderia a aumentar a dependência dos pobres em vez de encorajar a responsabilidade e autonomia” (KERSTENETZKY, 2009, p. 60).

A crítica proposta pela autora faz sentido, pois quando nos deparamos com a realidade atual dos beneficiários, onde os jovens membros encontram dificuldades para conseguir o primeiro emprego, não recebem preparos através de cursos profissionalizantes, e ao atingirem a maioria ficam reféns do programa e sem qualificação profissional para lhes assegurar nessas buscas.

Sendo necessário criar medidas de geração de empregos para os beneficiários desses programas sociais, tendo como alvo principal os jovens, evidencia-se a importância do trabalho remunerado que gera meios de subsistências econômicas.

Barros (2006) evidencia a importância das transferências de renda, que impactará diretamente as famílias mais pobres, sendo um fator importante no combate à desigualdade e à pobreza na população brasileira, defendendo que quanto maior a cobertura melhor será o resultado proposto pelo programa.

Diminuição gradual de desigualdade de oportunidades, através da ampliação do capital humano dos mais pobres e, portanto, de sua capacidade futura de geração autônoma de renda. Nesse sentido, os programas são direcionados à famílias com crianças e adolescentes menores de 14 anos e condicionam a complementação monetária a frequência das crianças à escola e, alguns deles, também a postos de saúde e/ou participação dos adultos em cursos de capacitação profissional. 14 De fato, a menos que a garantia de renda mínima seja conjugada a programas que visem ao desenvolvimento pessoal dos membros das famílias participantes, é grande o risco de que, ao final do prazo estabelecido para a concessão de complementação de renda, a família retorne à situação anterior a seu ingresso no programa. (BARROS, 2006, p. 9).

É necessário um pensamento crítico em relação aos programas de distribuição de renda; no contexto atual do município de São Francisco do Conde, os resultados futuros e as implicações sobre o não recebimento do valor atribuído através do PAS pode ser alarmante, muitos dos beneficiários já contemplados não exercem atividade remunerada, existindo assim a necessidade de políticas eficientes que possam abarcar a todos após o término do programa.

Em síntese as evidências parecem sugerir que o BF reduz a oferta de trabalho dos adultos, principalmente entre as mulheres. Como parte delas são mães de filhos em primeira infância esse efeito pode ser positivo para o desenvolvimento saudável da criança. Mas problemático é o impacto sobre a oferta de trabalho dos demais adultos do domicílio. Isso pode ter repercussões negativas sobre o funcionamento do mercado de trabalho e o bem estar de longo prazo das famílias. (SOUZA, 2012, p. 18).

Talvez essa seja uma das maiores críticas relacionadas aos programas sociais, como se a estabilidade financeira que os programas garantem às famílias contempladas criasse um “bicho preguiça”, fomentando a ideia de comodidade e de não cooperação para a economia.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2004),

a redução da pobreza perpassa outros fatores e apontam como alternativas e aplicação da inserção de jovens no sistema de educação e articulação no sentido mais amplo de políticas públicas de geração de emprego e redistribuição de rendas planejadas e executadas com serenidades. (SILVA, YAZBEK E GIOVANNI, 2004, p, 202).

Os programas sociais necessitam melhorar suas condicionalidades em relação aos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia consiste em pesquisa exploratória a partir dos dados coletados, como também pesquisa de campo com fins de identificar características entre os aspectos da população e dos beneficiários.

Para coleta de dados e informações serão feitas observação sistemática e entrevistas abertas semiestruturadas, tendo como público alvo os moradores beneficiários do Programa de Acolhimento Social (PAS), bem como as assistências

REFERÊNCIAS

SENNA, M. C. M. et al. **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira**. Revista Kátal, Florianópolis, 2007.

SILVA, M. O. da S. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 2007.

KERSTENETZKY, Célia. **Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família**. Rio de Janeiro, 2009.
<http://saofranciscodoconde.ba.gov.br/pas-programa-de-acolhimento-social-de-complementacao-de-renda/>

SOUZA, André. **Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e o Bolsa Família**. São Paulo, 2011.

LAVINAS, Lena; VERSANO, Ricardo. **Programas de Garantia de Renda Mínima e Ação Coordenada de Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, 1997. SILVA, Maria;

YAZBEK, Maria; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo, 2004.